



Eixo: Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional.

Sub-eixo: Fundamentos históricos e teórico-metodológicos.

A VIOLÊNCIA SEXUAL COMO ELEMENTO DA CULTURA E SOCIABILIDADES: SUAS MANIFESTAÇÕES HISTÓRICAS E ATUAIS

Ana Cláudia Vasconcelos Mendes¹

Resumo: Esta pesquisa se propõe discutir acerca da violência sexual sob uma perspectiva ontológica, retomando as sociabilidades na qual essa questão se manifesta e se institui ao longo da história. Para isso, dois enfoques centrais nortearão essa discussão: realizar uma análise de como a violência sexual se apresenta no cotidiano do ser social, e fazer um contraponto sobre a forma como vem sendo realizado o trabalho e as discussões sobre dessa questão.

Palavras-chave: Violência Sexual, Sociabilidade, Serviço Social, Ontologia.

Abstract: This research proposes to discuss sexual violence from an ontological perspective, retaking the sociabilities in which this issue is manifested and established throughout history. For this, two central approaches will guide this discussion: to analyze how sexual violence presents itself in the daily life of the social being, and to make a counterpoint on how the work has been done and the discussions about this issue.

Keywords: Sexual Violence, Sociability, Social Work, Ontology

1 INTRODUÇÃO

“Não existe uma sexualidade biológica independente do contexto social em que é exercida” (SAFFIOTI, 2004, p. 108).

Esta pesquisa pretende analisar questões vivenciadas no meu cotidiano de trabalho como Assistente Social, em atendimentos a crianças e adolescentes que vivenciaram situações de violência sexual, e também aos autores da violência, no Serviço de Proteção Social às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência - SPVV².

¹ Estudante de Pós-Graduação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail: <anamendes0301@yahoo.com.br>

² Serviço da proteção social especial de média complexidade, referenciado ao Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS e que oferece um conjunto de procedimentos técnicos especializados por meio do atendimento social, psicossocial e socioeducativo na perspectiva da interdisciplinaridade e articulação intersetorial para

A construção dessa reflexão será norteada sob dois enfoques (considerado por esta autora fundamental para seu desenvolvimento): Fazer uma análise de como a violência sexual se manifesta no cotidiano do ser social e se intensifica a partir do desenvolvimento de forças antagônicas, como “*produto de séries causais que emergem do conjunto da sociedade*” (LUKÁCS, 1969); e, em segundo, fazer um contraponto entre a forma como vem sendo realizado o trabalho e as discussões acerca dessa questão, tendo em vista as sociabilidades que se constituem dessas relações, sob uma perspectiva crítica, ontológica, propondo uma análise da violência sexual a partir de seu movimento dentro da totalidade, refletindo modificações mais abrangentes, mas historicamente mutáveis, da realidade concreta.

Para isso, será tomado como principal referencial o teórico Georg Lukács (1969), que traz a centralidade do trabalho como fundante do ser social, pois este não se constitui sem tal mediação e de acordo com o referido autor o trabalho “*está no centro do processo de humanização do homem*” (LUKÁCS apud ANTUNES, 2001). Ao reconhecer na obra de Lukács contribuições que dialogam com os fenômenos causais (que não são proposições teleologicamente desejadas), aqui a proposta será extrair de parte de sua obra toda a contribuição possível para este debate, tendo em vista que o mesmo se dedica ao profundo estudo da ontologia do ser social e que aqui nos indicará um ponto de partida sobre uma perspectiva crítica.

Assim, considerando a relevância de compreender como as relações sociais são mediadas e operam dentro de um *tipo estrutural de fundo*, constituída a partir do *trabalho*, Lukács considera que:

[...] revela sempre traços essenciais comuns: assim como, no próprio trabalho, o saber real sobre os processos naturais que em cada

atendimento às crianças e aos adolescentes vítimas de violência física, psicológica, negligência e abuso ou exploração sexual, bem como aos seus familiares e, quando possível, ao autor de violência, proporcionando-lhes condições para o fortalecimento da autoestima, superação da situação de violação de direitos e reparação da violência vivida (Extraído de http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/protecao_social_especial/index.php?p=28944. Acesso em 10/06/2018 - Editado).

oportunidade se põem em questão foi inevitável para poder desenvolver com êxito o intercâmbio orgânico da sociedade com a natureza, do mesmo modo um certo saber sobre o modo pelo qual os homens são feitos, sobre as suas recíprocas relações sociais e pessoais, é aqui indispensável para induzi-los a efetuar posições teleológicas desejadas (LUKÁCS, 1969, p. 27).

Nesse sentido, será sob essa perspectiva que se conduzirá este trabalho, que pretende iniciar, mas não esgotar, um diálogo que retome os processos filosóficos e fundantes da questão da violência sexual, e que este alcance os estudantes, profissionais da categoria e todos que se interessarem pelo tema.

2 SOCIABILIDADES, CULTURA E AS MANIFESTAÇÕES DA VIOLÊNCIA SEXUAL

Para ele, ela era uma mercadoria fragmentada cujos sentimentos e escolhas raras vezes eram consideradas: sua cabeça e seu coração estavam separados de suas costas e mãos, e divididas de seu útero e vagina. Suas costas e músculos eram forçados no trabalho do campo [...] às suas mãos se exigia cuidar e nutrir o homem branco [...] sua vagina, usada para o prazer sexual dele, era a porta de acesso ao útero, lugar para os investimentos dele – o ato sexual era o investimento de capital, e o filho, a mais-valia acumulada. [...] (OMOLADE apud FEDERICI, *Heart Of Darkness*, 1983).

A citação acima é o descortinar de um cenário que nos desafia e nos evidencia a complexa estrutura social sob a qual a violência sexual está inserida, sinalizando o quanto esta, assim como o racismo e o machismo, foi e ainda é instrumento para dominação e exploração. De antemão, nos indica uma problemática que não deve ser resumida e tratada de forma reducionista, ou seja, não se trata de um indivíduo que age apenas para satisfazer suas necessidades e desejos, ou até uma questão do exercício do poder masculino. Mais do que isso, se trata de um ser social inserido numa sociedade que é constituída de um processo histórico, sobre bases estruturais diversificadas para fortalecer a propriedade privada.

Assim, para pensar em como a violência sexual surge e do sujeito como produtor/reprodutor desta é fundamental a compreensão do sujeito em uma análise que abarque a singularidade, a particularidade e o universal.

Tarefa de uma ontologia materialista tornada histórica é [...] descobrir a gênese, o crescimento, as contradições no interior do desenvolvimento unitário; é mostrar que o homem, como simultaneamente produtor e produto da sociedade, realiza em seu ser-homem algo mais elevado que ser simplesmente exemplar de um gênero abstrato [...] (LUKÁCS, 1969, p. 35).

O materialismo histórico dialético não compartilha de análises em que o autor de violência sexual é dotado de uma inumanidade, que por vezes é individualizada e reduzida a um sujeito deslocado de uma sociabilidade. Sendo exatamente essa ideia que dificulta construir, sob uma perspectiva crítica, formas de intervir e erradicar tal problemática.

A academia e a sociedade produziram e têm produzido diferentes análises que objetivam a compreensão da questão da violência sexual colocando em diferentes “caixas” o autor da violência, o que acabam por desconsiderar sua estrutura fundante, ou seja, os processos ontológicos do próprio ser social. Aqui a posição de incluir neste debate o “lugar” do autor da violência sexual é intencional e necessária, a fim de que retire a ideia de um culpado isolado, pois, para Davis:

dada à complexidade do contexto social em que o estupro acontece hoje, qualquer tentativa de tratá-lo como um fenômeno isolado está fadado ao fracasso. (DAVIS, 2016, p. 202).

Nesse sentido, vale retomar o fato de que a sexualidade e a pulsão sexual já eram objetos de atenção muitos séculos antes de Freud (1905) desenvolver mais profundamente sua teoria da sexualidade³. A partir do século V há registros de que o Estado, a Igreja e a burguesia, ao reconhecerem a potência do que significa a sexualidade no cotidiano da humanidade, criaram,

³ Ler FREUD, Sigmund. *Três ensaios sobre a Teoria da Sexualidade*. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. VII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

cada um a seu tempo e a sua forma, métodos de utilizá-la como meio de punir, controlar e conduzir as relações e produções sociais.

Desde o início do cristianismo, a “tentativa eclesiástica de regular o comportamento sexual tem uma longa história na Europa” (CONTREN apud FEDERICI, 2017, p. 80), que aqui nos trará alusão do quão antigo são os olhares que circunscrevem a sexualidade como mediação da produção e reprodução de bens. Foram impostos pelo clero os “*penitenciais [Paenitentia]l*”, *manuais que começaram a ser distribuídos a partir do século VII como guias práticos para os confessores, são um dos lugares privilegiados para reconstrução dos cânones sexuais eclesiásticos*” (FEDERICI, 2017, p. 80). Estes manuais diziam inclusive sobre as formas pelas quais os servos poderiam fazer sexo, quais posições e em quais condições e com quem, instituindo assim uma nova forma de vivenciar a sexualidade, pregando-a como tema de confissão.

Tornada a sexualidade tema de confissão, a vida social ganhava novas diretrizes, o corpo da criança e da mulher passou a ser direito/propriedade dos homens, e em algumas situações os grandes senhores tinham inclusive o direito de manter a primeira relação sexual com a mulher dos servos na noite de núpcias, e “*no fim das contas, a dona de casa, de acordo com a ideologia burguesa, é simplesmente a serva de seu marido pela vida toda*” (DAVIS, 2017, p. 228).

Para além dos *cânones sexuais eclesiásticos*, a Igreja, em aliança com o Estado e a burguesia, teve um importante papel na disseminação de valores e costumes que subjetivamente e objetivamente protegiam a propriedade privada da burguesia e dizimavam com a mobilização das comunidades, que pelas formas como se organizavam e vivenciavam suas sociabilidades, passaram a perceber sua condição de miséria em prol do sustento dos senhores.

Na aldeia feudal não existia uma separação social entre a produção de bens e a produção da força de trabalho: todo o trabalho contribuía para o sustento familiar. As mulheres trabalhavam nos campos, além de criar os filhos, cozinhar, lavar, fiar e manter a horta; suas atividades domésticas não eram desvalorizadas e não supunham relações sociais diferentes das dos homens (...) (FEDERICI, 2017, p. 52).

O clero e o Estado entenderam que esta forma de organização dos aldeões possibilitava uma força coletiva que favorecia as resistências e lutas contra a exploração em que eram submetidos, e a percepção de que a condição precária de vida se dava pelos inúmeros trabalhos não pagos pelos senhores tornou-se um combustível para que os movimentos ganhassem força. No entanto, na medida em que a movimentação das mulheres era percebida, a desvalorização de seu trabalho e a criação de cada vez mais normas e valores que minavam até a mínima possibilidade de resistência se tornaram necessárias.

Nesse sentido, a sexualidade tornou-se um dos importantes instrumentos para violações no que se refere às mulheres. Um exemplo disso foi o período da peste negra, um dos acontecimentos que mais marcaram o século XIV, deixando um grande número de europeus mortos, e por ter forçado as pessoas conviverem com a morte iminente, tendo como

consequência mais importante da peste [...] a intensificação da crise do trabalho gerada pelo conflito de classes: ao dizimar a mão de obra, os trabalhadores tornaram-se extremamente escassos, seu custo aumentou de forma crítica e a determinação das pessoas em romper os laços do domínio feudal foi fortalecida. (FEDERICI, 2017, p. 96).

Diante do advento da peste negra, da resistência dos camponeses e do conhecimento das mulheres sobre a natureza e seus corpos, o Estado e a Igreja foram implicados a dar respostas, e encontraram na prostituição e no estupro um dos meios de se reestabelecer. A França foi um dos países em que as autoridades municipais descriminalizaram a prática do estupro, que era realizado a qualquer momento do dia, principalmente contra as proletárias camponesas, lavadeiras, criadas.

Até mesmo a igreja chegou a ver a prostituição como uma atividade legítima. Acreditava-se que o bordel administrado pelo Estado provia um antídoto contra as práticas sexuais orgiásticas das seitas hereges, e que era um remédio para sodomia, assim como também era visto como um meio para proteger a vida familiar (FEDERICI, 2017, p. 106).

Como o principal interesse era cativar trabalhadores jovens, a prostituição foi institucionalizada, e bordéis municipais se expandiram por toda a Europa. O corpo da mulher e a sexualidade se tornaram estratégia de Estado, garantindo assim que o excedente do trabalho fosse destinado à elite burguesa. Desse modo,

[...] os resultados foram destrutivos para todos os trabalhadores, pois o estupro de mulheres pobres com consentimento estatal debilitou a solidariedade de classe que se havia alcançado na luta antifeudal. Como era de se esperar, as autoridades encararam os distúrbios causados por essa política (as brigas, a presença de bandos de jovens perambulando pelas ruas em busca de aventuras e perturbando a tranquilidade pública) como preço pequeno a se pagar em troca da diminuição das tensões sociais, já que estavam obcecadas pelo medo das grandes insurreições urbanas [...] (FEDERICI, 2017, p.104).

Nesse sentido, o trabalho vai marcando sua centralidade, e, sobre esse ponto de partida, as sociabilidades vão se constituindo, bem como a cultura, tanto nas resistências, nas solidariedades entre os grupos, quanto na submissão de seus corpos ao capital. Uma das consequências mais drásticas desse processo foi a naturalização da violência sexual, sobretudo nas sociedades ocidentais, bem como a individualização dos problemas sociais.

Contudo, a violência sexual, ao contrário do que se possa pensar, tornou-se cada vez mais difícil de identificar exatamente pelo invólucro de valores e costumes que ainda permeiam a questão. As mulheres e crianças foram silenciadas de tal forma que as violências vivenciadas por elas continuam acontecendo sem que haja nenhum constrangimento por parte dos seus autores, o que no revela sua natureza social, política e histórica. Exemplo disso é como o tão conhecido “psiu” mostra a forma objetificada que é dada ao corpo da mulher, ou ainda, quando uma violência sexual é praticada com uma menina é comum ouvir comentários das roupas usadas por ela, ou o fato dela ter incitado o desejo masculino pelo seu corpo desenvolvido. Nesse sentido, a

Discriminação contra as mulheres na sociedade capitalista não é o legado de um mundo pré-moderno, mas sim uma formação do capitalismo, construída sobre diferenças sexuais existentes e reconstruída para cumprir novas funções sociais. (FEDERICI, 2017, p. 11).

Ainda neste campo de discussão, é possível observar que pouco se tem produzido acerca das sociabilidades construídas e de como a cultura vai se constituindo a partir de referenciais históricos. No entanto, encontrar na literatura acadêmica interpretação reducionista da violência sexual e do autor dela é frequente, e bastante considerada socialmente, até porque algumas delas geram um conforto de que um ato de tal natureza é sempre praticado pelo “outro” e nunca por si ou pelos seus.

A primeira delas seria a patologizante, que atribui ao autor de violência sexual uma sobrecarga de ter nascido com um ímpeto “agressor”, e que, portanto, constrói saídas como a medicalização, internação, e em casos de alguns países, a castração química. O que conduz a um grande engano, tendo em vista que a sexualidade não é de ordem puramente física, mas composta por uma subjetividade, afetividade e por um período histórico em que é exercida.

A segunda, podemos citar aqui a das relações de poder e viés punitivo, encontrada no encarceramento, na exposição pública, na violência física, entre outras ferramentas que podem estar dentro e fora da lei. Foucault (1975) foi um dos autores que mais contribuiu para a compreensão das sociedades punitivas, sobretudo na incorporação desses métodos na subjetividade do ser social. No entanto, não se trata de prender, bater, pois ao findar o período de punição suas referências de sociabilidade que incluem os desejos e valores ainda serão as mesmas.

E por fim, as análises instituídas pelos aspectos de gênero, que aqui muito acrescentam para essa discussão. No entanto, algumas obras, principalmente das ciências humanas e sociais, apontam e se sustentam sobre papéis de gênero, sem retomarem as bases ontológicas do ser social e ao plano de fundo sob o qual ele se constitui, e assim incorrem no erro de particularizar a questão ou, ainda, criar um “inimigo” materializado na figura do masculino.

Já é sabido que os papéis sociais de gênero eram analisados antes de Engels escrever *“A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado”*. Entretanto, é nesta obra que ele desenvolve as bases sob a qual esses papéis surgem, e a serviço de quê. A acumulação e a propriedade são duas categorias essenciais nas determinações de papéis de gênero, do machismo e do sexismo que perdura até a atualidade, e assim novamente o trabalho ganha centralidade, na medida em que se pretende analisar os sujeitos e os problemas que os envolvem, pois *“no plano ontológico, não existe nada análogo. Todo existente deve ser sempre objetivo, ou seja, deve ser sempre parte (movente e movida) de um complexo concreto”* (LUKÁCS, 1969, p. 11).

Estas vertentes isoladas da história tornam-se análises reducionistas, porém, vêm sendo os referenciais que mais norteiam boa parte das discussões e dos atendimentos realizados nessa área, mesmo diante de limitações objetivas e insuficientes, na medida em que não são capazes de compreender e intervir na complexidade que envolve o ato de violação sexual, que se estende para além do próprio autor de violência.

3 A ESCUTA E AS POSSIBILIDADES DE ATENDIMENTO

As políticas sociais constituem um importante mediador dos problemas sociais gerados da relação capital x trabalho, mas apenas agora em 2018 vêm tentando construir um espaço de escuta e atenção para este “desumano”. Veja, ainda não podemos falar em cuidado, nem em humanidade quando se trata de um autor de violência sexual, apenas de uma escuta que pode inclusive, a depender do profissional, produzir conteúdos contra ele mesmo, uma vez que, segundo Yazbek, “as políticas sociais têm limites muito claros, de ordem estrutural que agravam sua baixa efetividade” (YAZBEK, 2017, p. 16).

Isso não quer dizer que a inclusão do atendimento aos autores de violência sexual nas políticas sociais não seja um avanço. Pelo contrário, configura-se como uma importantíssima conquista principalmente no que se refere à superação do ciclo da violência, tendo em vista que o atendimento apenas da criança ou da mulher que vivenciou a violência se mostram insuficientes para interromper a lógica em que esta expressão da Questão Social se manifesta. No entanto, os profissionais que decidirem trabalhar nesta área deverão estar atentos a “contradição” que se apresenta inevitavelmente nesta questão (YAZBEK, 2017, p. 3).

Nesse contexto, há um segundo ponto a ser desenvolvido aqui, tratando-se da importância do (a) Assistente Social assumir como parte de seu trabalho sob a perspectiva da totalidade e da crítica o atendimento a autores de violência sexual, uma vez que,

O processo de reprodução da totalidade das relações sociais na sociedade é um processo complexo, que contém a possibilidade do novo, do diverso, do contraditório, da mudança. Trata-se, pois, de uma totalidade em permanente reelaboração, na qual o mesmo movimento que cria e recria as condições para a reprodução da sociedade de classes cria e recria os conflitos resultantes dessa relação e as possibilidades de sua superação. (YAZBEK, 2017, p. 2).

Em síntese, a autora nos acrescenta que é na contradição que poderemos encontrar estratégias para superação, e que aqui muito nos

interessa para pensar a importância da contribuição do Serviço Social no campo do atendimento aos autores da violência sexual.

Como vimos, ao retomar brevemente ao processo histórico, a produção e a reprodução da violência sexual teve objetivos definidos e propósitos cumpridos. A evidente articulação entre a Igreja, Estado e burguesia revela o grande campo de tensão em que se faz necessário considerar ao se propor realizar este trabalho.

Nesse contexto, A principal contribuição do assistente social perpassa pela sua condição de trabalhador, que *“participa tanto do processo de reprodução dos interesses do capital, quanto das respostas às necessidades de sobrevivência dos que vivem do trabalho”* (YAZBEK, 2017, p. 3), e é exatamente esse local privilegiado do assistente social que possibilita uma leitura profunda do que é a violência sexual e a serviço de que e em que contexto ela surge e se estabelece.

Em atendimentos a crianças e adolescentes que vivenciaram situações de violência sexual, e também aos autores da violência, no Serviço de Proteção Social às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência - SPVV, em atuação em equipe, a busca por novos referenciais instigava e inquietava os profissionais, na perspectiva de superar as análises reducionistas e apontar novas alternativas de intervenção.

Ao compreender sob a ótica da totalidade, o profissional possivelmente perceberá que não há como intervir no ciclo de violência se não tomar como parte do trabalho o atendimento ao autor de violência, frequentemente excluído, inclusive nas formas de tratamento interpessoal. Sobre esse ponto, um exemplo importante vivenciado no SPVV pode aqui nos trazer alusão.

Tratou-se da apresentação de um relatório que incluía o atendimento do autor da violência sexual, no qual o colega da área da psicologia interpelou que o mesmo não merecia ser tratado por “senhor”, e naturalmente seu nome devia ser seguido pelo título de “agressor”. Essa situação exemplifica como o pensamento conservador alcança até a atuação de profissionais que atualmente fizeram a opção de trabalhar neste campo, uma vez que não há uma legislação dentro da política que determine a inclusão deste nos

atendimentos do Serviço de Proteção Social às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência - SPVV.

Sob esta perspectiva, o Serviço Social tem a possibilidade de incluir em suas análises o plano de fundo da questão a partir de uma leitura histórica, a conjuntura social vigente e um olhar para as diversas pessoas que estão ligadas a uma situação de violência sexual. Isso por considerar que o pensamento conservador inclui “processos que interferem na esfera da cultura, da sociabilidade e da comunicação, homogeneizando comportamentos, hábitos de consumo, preferências, valores” (YAZBEK, 2017, p. 4).

Nesse sentido, mulheres e crianças vêm sendo silenciadas em suas violações, de tal forma que as violências vivenciadas por elas continuam acontecendo sem que haja nenhuma reflexão por parte dos seus autores, mesmo quando essas violências acontecem no meio social e coletivo, o que nos revela sua natureza social, política e histórica. Exemplo disso é o tão conhecido “psiu”, que indica a forma objetificada que é dada ao corpo da mulher e que os homens aprendem desde muito pequenos como olhá-lo.

Na escuta realizada com autores de violência, eram comuns os relatos de mães que sabiam da relação sexual entre as crianças e o pai ou padrasto, mas que não compreendiam isto como uma questão violenta, justificando quase sempre ter vivenciado as mesmas situações na sua infância, mas foi ensinada a não falar. Também eram recorrentes as falas de pais e padrastos autores de violência sexual que não compreendiam a ação praticada como violenta, por tê-la vivenciado inclusive como formas e construções de afetos.

No entanto, vale elucidar como é possível construir junto a essas mães um olhar que supere a velha culpabilização, em um dos atendimentos que conduzi junto a uma psicóloga, com quatro crianças entre 3 e 6 anos de idade. Observamos que o tempo passava e os atendimentos semanais pouco avançavam, no que se refere a minimizar os efeitos causados pela situação de violência sexual vivenciada por elas. Muitas de suas falas descreviam como se dava as sociabilidades entre os membros do grupo familiar, entre aquele grupo e os grupos familiares vizinhos, entre o grupo familiar e as instituições como a escola, a igreja e o trabalho.

Nesta perspectiva, a culpabilização da mãe em nada acrescentaria para construção de uma intervenção que fosse capaz de superar o modo como a violência sexual compõe a sociabilidade, assim como o encarceramento dos autores de violência em nada acrescentaria para construção de uma intervenção que fosse capaz de superar o modo como a violência sexual compõe a sociabilidade.

Com isso, consolidou-se a compreensão de que os atendimentos realizados às crianças só alcançariam seu objetivo de cuidado e proteção se os mesmos conceitos fossem trabalhados com as mães e com os autores da violência, evitando a ideia de culpabilização dos mesmos. Vale ressaltar que aqui estamos nos referindo a 90% de casos atendidos no Serviço de Proteção Social às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência - SPVV.

Desse modo, iniciaram-se os atendimentos com essas mulheres, sendo proposto que durante os encontros a intenção era retomar a infância delas e não de suas crianças, e que as atividades ali realizadas objetivam o cuidado com elas. Vários instrumentos foram utilizados para tal, como curtas, músicas, argila, contos, histórias em quadrinhos etc.

Ao retomar suas infâncias, recordaram das brincadeiras, tarefas, trabalhos que já realizaram, dos sabores, do cheiro. E juntamente com isso, como se dava a relações entre elas e os adultos da casa, as situações em que se sentiram desprotegidas, e de uma forma unânime apareceram questões associadas ao corpo, aos toques indesejados e ao sexo. Na adolescência essas mesmas questões se mantiveram potencializadas com a baixa autoestima. Já na fase adulta, todas retomaram falas de seus companheiros que as magoaram, tais como “o seu umbigo parece um cu arrombado”, ou “os seus seios vão pegar no chão de tão velhos”, e ainda, as “várias vezes em que foram obrigadas a ter relação sexual, sob a pressão de que ou então eles iriam procurar fora”.

Reviver essas questões, nomear as violações que viveram e retomar as sensações e trabalhar na perspectiva como nos diz YAZBEK (2017), de que “*caminhamos juntos aos nossos usuários*” possibilita que eles se permitam construir referenciais do que é violência e do que é cuidado quanto a elas

mesmas e quanto as suas crianças. Mas isso só é possível se considerarmos a “relevância da dimensão cultural e política do exercício da profissão” (YAZBEK, 2017, p. 16). O processo foi finalizado com uma sessão fotográfica na qual elas escolheram tirar as roupas e pousar mostrando exatamente as partes do corpo que as deixavam, sem saber se era violento ou não, o que ouviam de seus companheiros e de pessoas que passaram por suas vidas.

Em síntese, o serviço social tem um importante papel no que refere ao atendimento a autores de violência sexual, tal como o atendimento de todas as pessoas que se encontram em situação de violência. Assim como não é possível intervir na chamada “cultura do estupro” com atendimentos focalizados e enviesados à criança, compreender para além do que se apresenta é fundamental para superar essas formas de sociabilidade onde a violência sexual ainda está protegida pelo invólucro do pensamento conservador. Para isso,

(...) antes de iniciar qualquer investigação, deve necessariamente possuir uma segura consciência do fato de que existe algo susceptível a ser definido como estrutura da coisa, a essência da coisa, “coisa em si”, de que existe uma oculta verdade da coisa, distinta dos fenômenos que se manifestam imediatamente (KOSIK, 2002, p. 17).

Não existe a intenção de criar formas fechadas para intervir em caso de violência sexual contra criança que envolva o conhecimento de pelo menos um dos responsáveis, apenas elucidar que ao considerar os elementos históricos, sociais, culturais e políticos encontraremos formas de construir intervenções onde a consciência seja o elemento fundante e possibilite novas formas de sociabilidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se observa a partir das contribuições aqui apontadas, é que a violência sexual se manifesta nas relações sociais, porque elas são produzidas/fruto delas, evidenciando que ao voltar na história veremos o

quanto a chamada “cultura de estupro” que vivenciamos nos dias atuais tem suas bases fundadas em estruturas sólidas com objetivos bem definidos, e ao “mostrar como as categorias fundamentais e suas conexões no ser social já estão dadas no trabalho” (LUKÁCS, 1969, p. 30), e na medida em que as condições de trabalho se complexificam e se intensificam, as relações humanas também se dinamizam dando criação a inúmeras formas de expressão da Questão Social, entre elas, a violência sexual.

Nesse sentido, é importante evidenciar que as formas como vem sendo realizado o trabalho e as discussões acerca da violência sexual, são insuficientes para alcançar uma intervenção que possibilite a superação dessa violência como parte da cultura e da sociabilidade, sendo necessário buscar em Lukács o trabalho como categoria central, por este ser o que diferencia o ser social do ser orgânico.

Desse modo, para se aproximar de respostas consistentes a essa questão é preciso considerar que a consciência tem um papel decisivo na delimitação materialista que distingue o ser social do ser orgânico e inorgânico, pois o ser social se constitui enquanto autor de violência sexual no complexo processo histórico de produção e reprodução das relações sociais, onde a categoria ontológica seria também constitutiva da subjetividade desse ser social que se manifesta no pensar e no agir na sociedade.

Sobre essa perspectiva, é fundamental que profissionais dispostos a discutir e trabalhar neste campo realizem intervenções capazes de possibilitar a consciência sobre tal questão, aos que são violados, aos violadores e aos que estão em volta, constituídos como uma rede que repete/revive as mesmas relações sociais instituídas na história como brevemente apontado aqui. Assim uma intervenção focalizada possivelmente estará caminhando não somente para o fracasso, mas em direção a um lado das forças antagônicas e que certamente não é o trabalhador.

Assim, o exercício de olhar para além do aparente e das demandas imediatas se faz necessário, pois a vida social nos leva a reafirmar ideias moralistas e esvaziadas da história, a exemplo, conhecidas como “quem quer consegue”. O olhar atento à realidade posta, às várias dimensões da vida

social e as questões históricas que interferem no modo como vemos e lidamos com as questões de violência sexual contra a criança e o adolescente, e com o autor dela, é de fundamental importância.

Por fim, o que foi tratado aqui tem por objetivo lançar novos olhares sobre a situação da violência sexual, se apropriando de bases teóricas, como a ontologia do ser social, a história, o antagonismo de classes, o excedente do trabalho, e a sociabilidade e a cultura com fundamentais para a construção de estratégias para se alcançar intervenções capazes de propor mudanças no cenário em que esta e muitas outras violações são naturalizadas.

REFERÊNCIAS

DAVIS, Angela. *Mulheres, Raça e Classe*. Trad. Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

ENGELS, Friedrich. *As Origens da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2001.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

FREUD, Sigmund. *Três ensaios sobre a Teoria da Sexualidade*. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. VII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramalheite. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

LUKÁCS, Georg. *As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem*. São Paulo: 1969.

KOSIC, Karel. *Dialética do Concreto*. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero, Patriarcado e Violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

YAZBEK, Maria Carmelita. *Análise do significado social da profissão no processo de reprodução das relações sociais, em uma conjuntura de crise do capital*. São Paulo, 2017.